

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Impasse na divisão do ganho com venda da Eletrobras atrasa modelo](#)..... 5

O Estado de S. Paulo

[Título: » Presente de Natal](#)..... 8

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Tema em discussão :: A experiência da gestão lulopetista na Petrobras	2
Título: Impasse na divisão do ganho com venda da Eletrobras atrasa modelo	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Número de empresas interessadas em aquisição da Braskem diminui	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: » Presente de Natal.....	8
Título: Falha operacional paralisa refinaria da Petrobrás	8
Título: Maduro ordena revisão de toda a dívida externa	9

VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Royalties de áreas do pré-sal podem render R\$ 50 bi ao Rio	10
Título: Leilão reforça caixa e amplia debate das regras do pré-sal.....	12
Título: Exxon investirá US\$ 2,38 bi em sua expansão no Brasil	14
Título: Falha operacional provoca parada na Replan.....	15
Título: Curtas	16
Título: Etanol na gasolina dificulta importação de híbridos da Honda	16
Título: Em Mariana, muitas vidas ainda no limbo.....	17

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Tema em discussão :: A experiência da gestão lulopetista na Petrobras

Nossa opinião

Resgate da hecatombe

Há muito o que analisar, debater, inventariar e registrar para a História — a fim de que erros não se repitam —, sobre a devastadora passagem do lulopetismo pelo poder em Brasília. Mais exatamente a partir de 2005, ainda no primeiro mandato de Lula, quando eclodiu o escândalo do mensalão, e o poderoso ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu recebeu um impacto direto do caso, deixou o cargo e abriu espaço para a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, ser ainda mais influente no Planalto.

Ela assumiu o lugar de Dirceu, naquele ano, e dividiria com Lula — que hoje, em campanha, se esforça para se distanciar da pupila — a guinada da política econômica, que iria literalmente quebrar o país e a abalar a Petrobras. Isso, sem desmerecer o peso da corrupção nessa crise, relacionada ao projeto de poder lulopetista e aos anseios de melhoria de padrão de vida de companheiros, Lula à frente.

Além de aliados. A volta de Lula a receitas do velho PT ocorreu no fim do seu segundo mandato, com Dilma atuando de escudeira. A aceleração da crise mundial a partir de fins de 2008 levou à “nova matriz econômica”, com sua visão protecionista, de reserva de mercado etc. A confirmação de grandes reservas de petróleo no pré-sal foi usada para justificar um programa “geiselista” de substituição de importações de equipamentos usados na área de exploração como navios, sondas, plataformas.

Coerente com a visão cartorial da economia do velho PT — na verdade, no PT de sempre —, instituiu-se um monopólio estatal na operação nessas áreas, criou-se uma participação compulsória de 30% da estatal em todos os consórcios do pré-sal, enquanto se fixavam índices de nacionalização dos equipamentos inexecutáveis, considerando os padrões mínimos de custos e eficiência.

Nem mesmo técnicos da estatal deixavam de criticar os índices. Não publicamente, por óbvio. Essa reserva de mercado, para viabilizar uma indústria de equipamentos usados pelo setor, produziu, como no programa do governo Geisel, aumento de custos, descumprimento de prazos, logo, ineficiência nas empresas forçadas a adquirir esses bens de capital. A Petrobras padeceu dos mesmos problemas — como esperado.

Outro golpe forte na estatal foi o congelamento dos preços dos combustíveis, para mascarar a inflação deflagrada por Dilma por meio de uma política fiscal desregrada. Sem executar projetos de investimento de forma eficiente, devido à reserva de mercado, sem praticar preços de mercado nos seus produtos e abalada por superfaturamentos absurdos, a fim de bombear dinheiro para a corrupção do petrolião, a Petrobras acumulou prejuízos e viu seu preço de mercado desabar.

O impeachment de Dilma salvou a empresa, que passou a ter gestão profissional, para abater dívidas com a venda de ativos, voltar a tornar atrativos os leilões em áreas do pré-sal e passar a praticar preços relacionados ao mercado internacional. Apenas no ano passado, o valor da estatal subiu 106% — indicador seguro do resgate da confiança dos investidores na empresa.

Outra opinião

Operação anti-Brasil

CARLOS ZARATTINI

É uma verdadeira operação anti-Brasil que o governo Michel Temer tem promovido desde maio de 2016. São várias ações que comprometem o futuro do país, ao abrir mão de setores estratégicos para o capital estrangeiro. Vão da venda a preços irrisórios dos ativos da Petrobras e do setor energético até a entrega das jazidas do pré-sal às petroleiras estrangeiras. Uma das consequência nefastas é a destruição do parque industrial nacional relacionado à atividade de óleo e gás, como o setor naval.

Nesse cenário de guerra total contra os interesses nacionais, destaque-se a Instrução Normativa nº 1.743 (IN 1.743), que regulamenta a Medida Provisória 795 (MP 795), a qual abre caminho para isenções fiscais no valor de R\$ 1 trilhão para os estrangeiros que estão vindo participar do verdadeiro feirão do pré-sal. A instrução normativa zera a tributação sobre a importação de navios, o que poderá levar os estaleiros nacionais ao colapso, enquanto os concorrentes estrangeiros comemoram.

A MP 795 insere-se na estratégia de acabar com o conteúdo local no setor de óleo e gás, dados os privilégios tributários aos estrangeiros. Significa acabar com o modelo de desenvolvimento brasileiro no setor. Entregar definitivamente às multinacionais essa exploração e, ao mesmo tempo, permitir a importação de todo tipo de equipamento, enterrando centenas de milhares de empregos juntamente com a indústria nacional e a tecnologia desenvolvida pela Petrobras e empresas que fornecem à estatal.

O governo atual, sem votos e legitimidade, age como representante exclusivo dos estrangeiros. Estudo da Fiesp mostra que 75% dos países em desenvolvimento e 30% dos desenvolvidos possuem políticas de conteúdo local. Dentre eles, os Estados Unidos, Reino Unido, Noruega, Canadá e até a própria Arábia Saudita, que estabeleceu exigência de conteúdo local da ordem de 70%.

A instrução normativa, editada em setembro, já gerou estragos. Em Pernambuco, o Estaleiro Atlântico Sul teve suspensa encomenda de cinco navios, pois o cliente, agora, espera importá-los de estaleiros asiáticos sem impostos de importação. O EAS emprega 3,5 mil funcionários. Temer cria empregos em outros países e os fecha no Brasil. A cadeia de óleo e gás é vital para a economia brasileira, em especial para estados como o Rio.

Resta aos parlamentares derrubar medidas antinacionais no Congresso, em ação articulada com amplos setores da sociedade, para assegurarmos condições de desenvolvimento autônomo e de acordo com os interesses do povo brasileiro.

Quem descobriu o pré-sal foi o Brasil, mas a riqueza que seria passaporte para o futuro do país está sendo entregue por Temer a estrangeiros, a preço de

banana, e, agora, com inconcebíveis benesses fiscais para elevar o lucro das petroleiras estrangeiras a escalas estratosféricas. Não podemos abrir mão da indústria naval, da indústria de petróleo e gás.

Carlos Zarattini é deputado federal (PT-SP) e líder do partido na Câmara

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Martha Beck e Geralda Doca

Título: Impasse na divisão do ganho com venda da Eletrobras atrasa modelo

Equipe econômica quer que o Tesouro tique com parcela maior

-Brasília- Uma queda de braço entre a equipe econômica e integrantes do **Ministério de Minas e Energia** tem atrasado a definição sobre o modelo de privatização da Eletrobras. O principal impasse continua na forma como o dinheiro da venda será dividido. A proposta da equipe do setor elétrico é separar igualmente o montante entre Tesouro, Eletrobras e um fundo setorial (como forma de diluir o impacto do processo nas contas de luz), na proporção de um terço para cada. O Ministério da Fazenda quer mais.

Para reforçar o caixa da União em 2018, o governo também discute incluir a Usina de Tucuruí (no Pará) entre os ativos que serão parte do processo de privatização. Segundo integrantes da equipe econômica, a hidrelétrica poderia dar uma receita adicional de R\$ 15 bilhões em outorgas. Esse montante se somaria aos R\$ 12,2 bilhões que o governo espera conseguir com o processo.

PODE HAVER PERDA DE RECEITA

Pertencente à Eletronorte, o contrato da hidrelétrica vence em 2024. Há discussões no governo sobre a possibilidade de prorrogá-lo antecipadamente por 30 anos. Segundo um técnico, também há discussões sobre como o dinheiro da venda de Tucuruí seria distribuído. Enquanto a Fazenda defende que todo o montante vá para o Tesouro, a pasta de Minas e Energia quer que um terço do valor seja destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) — fundo que banca subsídios do setor e é incluído nas tarifas.

Além das divergências em relação à divisão da outorga, o debate em torno de Tucuruí envolve as potenciais perdas de arrecadação dessa operação caso ela ocorra já em 2018. Há a possibilidade de a antecipação provocar uma perda de receita de aproximadamente de R\$ 2 bilhões, segundo fontes da área econômica. Usinas menores da Eletrobras que também estão com as concessões expirando, como Samuel (Rondônia) e Bal-bina (Amazonas),

poderiam entrar na lista de ativos. Esses empreendimentos, no entanto, são bem menores que Tucuruí.

A privatização da Eletrobras não se dará pela simples venda de ações. O processo envolve "zerar" o contrato de 14 hidrelétricas pelas quais a estatal é remunerada a preços fixos, em um regime de "cotas". A empresa poderá comprar essas usinas, que passarão a ser pagas pela energia gerada com valores de mercado — em um processo chamado de "descotização". Para comprar essas usinas, a Eletrobras vai se capitalizar, com lançamento de ações na Bolsa de Valores. O governo não vai subscrever essas ações e o controle será diluído.

Como o preço cobrado pela energia dessas hidrelétricas "cotizadas" vai aumentar, pode haver impacto nas tarifas de energia. Por isso, a equipe de Minas e Energia quer que o processo não ocorra do dia para a noite e defende que parte dos recursos vá para CDE. A definição de Tucuruí é importante devido ao gigantismo da usina. Sozinha, ela tem capacidade de gerar 8,370 gigawatt (GW) de energia. Enquanto isso, juntas, as 14 usinas "cotizadas" têm 14 GW de capacidade instalada.

Além da divisão do dinheiro oriundo da privatização, o governo ainda não definiu o total destinado à revitalização do São Francisco. O rio passa por uma das piores secas de sua história, com reservatórios importantes, como a barragem de Sobradinho, prestes a entrar no volume morto (quando a hidrelétrica para de gerar energia).

PROPOSTA AINDA NESTE MÊS

O governo também não bateu o martelo de como será a cisão da Eletronuclear e da usina de Itaipu dos ativos da Eletrobras. As usinas nucleares de Angra e a hidrelétrica não serão vendidas. A intenção das equipes envolvidas nas discussões é enviar a proposta para o Congresso neste mês. O presidente Michel Temer já disse a aliados que o assunto será discutido via projeto de lei, e não por medida provisória, como o governo queria inicialmente.

Esse projeto vai trazer uma autorização expressa para a privatização. A lei que criou a Eletrobras proíbe que o governo perca o controle da estatal. Por outro lado, a legislação que instituiu o Plano Nacional de Desestatização (PND) autoriza a venda de empresas públicas. Para evitar questionamentos jurídicos, o projeto vai deixar claro o aval para a venda.

Ficou definido que a União vai manter poder de veto na empresa por meio de uma golden share, que deve prever que a empresa não poderá se desfazer de suas subsidiárias sem aval do governo. Além disso, a ação especial deve proibir

que um único acionista assuma o controle da Eletrobras. A previsão é que a União fique com algo em torno de 40% da empresa após a privatização.

Também está certo que o governo não vai votar nas assembleias da Eletrobras que serão feitas para aprovar as regras da privatização. No Orçamento de 2018, o governo já elevou a previsão de arrecadação com a operação. Originalmente, o montante esperado era de R\$ 7,5 bilhões, mas na mensagem modificativa da proposta encaminhada ao Congresso esta semana, subiu para R\$ 12,2 bilhões. Mesmo assim, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, acredita que o número é conservador, pois expectativas do mercado apontam que poderia chegar a algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Número de empresas interessadas em aquisição da Braskem diminui

Ao menos duas companhias cogitadas pelo mercado para disputar a Braskem afirmaram que não têm interesse na empresa química.

A Dow, uma de suas principais concorrentes, nega que vá fazer propostas.

"Não [estamos olhando para a Braskem]. Agora, estamos nesse processo [de fusão] com a Dupont", afirma Fabian Gil, presidente da companhia para a América Latina.

Desde setembro, as ações de Dow e Dupont começaram a ser negociadas sob um mesmo nome na Bolsa de Nova York, após um processo que durou mais de dois anos.

"É muito positivo para o país a movimentação externa por ativos brasileiros. Temos recebido outras pessoas e vemos que há uma pesquisa para a compra de empresas menores", diz Gil.

A Itaúsa, que também era considerada como candidata à compradora, afirmou à coluna que não tem interesse na Braskem.

O posicionamento difere da afirmação feita em setembro por Alfredo Setúbal, presidente-executivo da holding, a analistas. À época, ele disse que a empresa poderia avaliar a participação em um consórcio.

Especula-se que outras empresas, como fundos de investimento e petroleiras, sigam na disputa pelo ativo.

É o caso da Shell e da ExxonMobil, que, procuradas, disseram que não comentariam o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: » Presente de Natal.

Coluna do Broadcast

Os leilões que o **Ministério de Minas e Energia** vai promover no mês que vem já movimentam escritórios de advocacia. O Palópoli & Albrecht Advogados, especializado no setor, detectou crescimento de 30% no volume de serviços nessa fase anterior aos leilões e ainda espera expansão de 50% na etapa posterior aos certames.

» Olha a onda.

Os 2.768 projetos cadastrados para os leilões A-4 e A-6 envolvem eólica, biomassa, solar e pequenas centrais hidrelétricas, além de hidrelétricas e termoelétricas a gás, carvão e biomassa. Desde que foram anunciados, há intensa movimentação em toda a cadeia, de acordo com Otávio Alfieri Albrecht, sócio do Palópoli & Albrecht Advogados. O escritório foi responsável pela elaboração de contratos de venda de campos eólicos da Servtec localizados na Bahia.

COM DAYANNE SOUSA E CIRCE BONATELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Falha operacional paralisa refinaria da Petrobrás

A maior refinaria da Petrobrás, a Refinaria de Paulínia (Replan), está com as operações paralisadas desde quarta-feira, após uma falha operacional obrigar a empresa a interromper o trabalho de todas as suas unidades de processo. Segundo informou a Petrobrás em nota ao Estadão/Broadcast, a falha fez com que o sistema de proteção da refinaria provocasse a variação da chama da tocha, produzindo uma fumaça escura sobre as imediações da unidade, “sem danos às pessoas nem às instalações”.

A refinaria continuava parada ontem. A Replan, que fica a 118 km da capital paulista, tem capacidade para processar 415 mil barris diários de petróleo, ou 20% de todo o refino nacional. O petróleo usado é basicamente da Bacia de Campos. A unidade produz gasolina, diesel, gás liquefeito, óleo combustível, querosene de aviação e vários produtos usados pelo setor petroquímico. O Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro SP) marcou para hoje uma assembleia para discutir o acidente.

A Replan ocupa uma área de cerca de 9 quilômetros, cujo entorno ficou tomado por espessa fumaça tóxica, segundo o diretor do Sindipetro SP, Arthur Ragusa. Ele informou que esta é a terceira vez que a Replan para em menos de um mês. Das outras duas vezes, a falha se deu por falta de energia elétrica e nada grave ocorreu. Desta vez, segundo Ragusa, a falha provocou a emissão de gases tóxicos na atmosfera. Ragusa explicou que poderia ter havido uma explosão se a fumaça encontrasse no caminho um maçarico, por exemplo.

O alarme, disse, demorou meia hora para ser acionado. Na Replan trabalham 2 mil pessoas, de acordo com o sindicato. No momento do acidente havia cerca de 1,6 mil empregados. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), agência do governo do Estado de São Paulo que controla e fiscaliza atividades geradoras de poluição, informou que a Replan só deve voltar a operar normalmente em cinco ou seis dias. A agência está avaliando se multa ou apenas adverte a estatal pelo acidente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor: CARACAS

Título: Maduro ordena revisão de toda a dívida externa

Líder venezuelano determina que todos os pagamentos externos sejam refinanciados após quitar hoje US\$ 1,12 bilhão a credores da PDVSA

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, decidiu ontem refinanciar e reestruturar "todos os pagamentos externos" do país a partir de hoje. Maduro assegurou que vai pagar o US\$ 1,1 bilhão de bônus da estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) que venceram ontem. "Ordenei que na primeira hora desta sexta, dia 3 de novembro, se inicie o pagamento do Bônus PDVSA 2017, mas logo depois deste pagamento, a partir de sexta-feira, 3, decreto um refinanciamento e uma reestruturação da dívida externa e de todos os pagamentos da Venezuela", disse Maduro em um pronunciamento em cadeia obrigatória de rádio e TV.

O presidente nomeou uma comissão especial presidencial chefiada pelo vice-presidente Tareck El Aissami, para começar esse processo "e lutar contra o bloqueio e a perseguição estrangeira contra a Venezuela", disse Maduro. "Convoquei todos os bancos, todos os detentores de dívidas da república, de dívidas da PDVSA, e a todos os que estão envolvidos na dívida externa", disse Maduro. Maduro prometeu uma reformulação completa dos pagamentos deste ano "para conseguir um equilíbrio e cobrir as necessidades do país", que atravessa uma grave crise de escassez aguda, segundo os economistas, por causa do congelamento de importações para acumular divisas para o pagamento da dívida externa. O líder chavista denunciou um suposto tratamento discriminatório à Venezuela por parte dos bancos e outras instituições financeiras internacionais, e atribuiu às sanções impostas pelos EUA a dificuldade de acesso ao crédito que o país vem enfrentando.

"Já tínhamos como emitir títulos da dívida, com os quais iríamos conseguir entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 5 bilhões há dois meses, e Donald Trump vetou essa emissão de títulos a pedido de Julio Borges", disse Maduro, referindo-se ao presidente do Parlamento. Em declarações feitas no passado, Borges disse que a comunidade internacional não deveria financiar o governo venezuelano. Em sua conta no Twitter, o presidente da Assembleia Nacional, controlada pela oposição e anulada pela criação de uma Constituinte chavista, acusou Maduro de endividar "de maneira irresponsável" o país e duvidou da capacidade do chavista de reestruturar a dívida "porque ninguém no mundo confia no governo (venezuelano)".

As sanções financeiras ao regime chavista foram impostas em agosto pelo governo Trump, em razão da guinada totalitária do país. A medida proíbe negociações de títulos da dívida venezuelana e do setor público da Venezuela, assim como o pagamento de dividendos ao governo do país. A empresa mais importante da Venezuela, a estatal PDVSA, deveria pagar entre outubro e novembro cerca de US\$3,5 bilhões em títulos vencidos. A empresa pagou US\$ 800 milhões da primeira parte desses pagamentos na semana passada, e pagaria mais US\$ 1,1 bilhão hoje. Com a reestruturação da dívida, não se sabe se o país arcará com este compromisso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Royalties de áreas do pré-sal podem render R\$ 50 bi ao Rio

O Estado do Rio de Janeiro deve arrecadar cerca de R\$ 50 bilhões com royalties da produção das seis áreas arrematadas nos dois leilões do pré-sal realizados na semana passada, estima a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

(Firjan). A projeção considera a expectativa da ANP de arrecadação futura com a produção das áreas, por 30 anos, de R\$ 600 bilhões, em lucro, royalties e impostos.

"Com base no valor estimado pela ANP, de R\$ 600 bilhões para as arrecadações governamentais nos próximos 30 anos, estimamos que algo em torno de 8% disso, ou perto de R\$ 50 bilhões, terá como destino o Estado do Rio e seus municípios produtores, através de recolhimento de royalties", afirma Karine Fragoso, gerente das áreas de petróleo e gás e naval da Firjan.

Segundo ela, do valor projetado de arrecadação futura com a produção no pré-sal, grande parte, cerca de 90%, tem como fim a União. "O modelo de partilha concentra para a União parte significativa da renda de arrecadação."

A Firjan estima ainda que as áreas negociadas nos leilões do pré-sal realizados na semana passada vão demandar investimentos mínimos em exploração da ordem de R\$ 532 milhões no Estado do Rio de Janeiro. O montante equivale a 70% do valor total de investimento exploratório mínimo relativo aos seis blocos negociados nos certames. Pelas estimativas da Firjan, o Rio de Janeiro deve arrecadar em 30 anos cerca de R\$ 50 bilhões com royalties da produção das seis áreas arrematadas.

As atividades de exploração incluem perfuração de poços, aquisição de dados sísmicos, afretamento e operação de embarcações especiais, como sondas e barcos de apoio marítimo, entre outros.

Dos cinco poços exploratórios que precisam ser perfurados obrigatoriamente, segundo o compromisso mínimo firmado pelas petroleiras participantes do leilão, pelo menos três serão no Rio: nas áreas de Alto de Cabo Frio Central, Alto de Cabo Frio Oeste e Sul de Gato do Mato. Há ainda um poço a ser explorado em uma área (Peroba) entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

"Podemos estimar que, se ainda houvesse a exigência de operação única [pela Petrobras no pré-sal, conforme a legislação anterior], boa parte desses investimentos não chegaria agora, seria postergada, em função da condição da Petrobras de não entrar em todas as áreas", afirma Karine.

"Essa entrada da Shell [como operadora de duas áreas] e Statoil [como operadora de outra área] possibilita, além de uma antecipação de investimentos em exploração e posteriormente na fase de desenvolvimento da produção, a antecipação em royalties e tributos como um todo", diz Karine.

Dos R\$ 532 milhões de investimentos mínimos em exploração previstos para o Estado do Rio, segundo a Firjan, o conteúdo local mínimo exigido para os blocos do leilão correspondem a cerca de R\$ 126 milhões, segundo a entidade.

Considerando apenas as três áreas negociadas nos leilões que estão integralmente no Estado do Rio de Janeiro (Sul de Gato do Mato, Alto de Cabo Frio Central e Alto de Cabo Frio Oeste), o volume de investimentos mínimos exploratórios somam R\$ 456 milhões. Desse total, R\$ 152 milhões têm prazo de realização até 2020 e R\$ 304 milhões até 2024.

Entre as vencedoras dos leilões do pré-sal, a Shell é a que terá a maior contribuição proporcional em investimentos exploratórios mínimos (R\$ 205,2 milhões). Serão destinados a duas áreas localizadas totalmente no Estado do Rio: Sul de Gato do Mato e Alto de Cabo Frio Oeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Leilão reforça caixa e amplia debate das regras do pré-sal

Realizado no fim de outubro, o recente leilão do pré-sal foi mais importante pelas lições que trouxe do que propriamente pelo resultado. Das oito áreas oferecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), seis foram arrematadas, rendendo R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura, valor que ficou abaixo dos R\$ 7,75 bilhões esperados, mas ajudou a amenizar a queda da receita fiscal. O governo comemorou outros números que só serão confirmados no futuro: a previsão de arrecadação de R\$ 600 bilhões ao longo de 30 anos, com o pagamento de royalties e de Imposto de Renda, entre outros tributos, e recebimento da parcela de petróleo que cabe à União pelo regime de partilha, após a produção começar; e a promessa de R\$ 100 bilhões em investimentos pelos novos detentores do direito de exploração das áreas.

Mais importante, porém, o leilão trouxe valiosas lições para o aperfeiçoamento da política nacional de exploração do petróleo. O investidor estrangeiro respondeu positivamente ao fim da exigência de que a Petrobras fosse a operadora única do pré-sal e à redução do percentual de conteúdo nacional requerido nos equipamentos e serviços utilizados na exploração. Quatro petroleiras globais venceram o leilão e entraram no pré-sal brasileiro: a americana Exxon, a britânica BP, a árabe Qatar e a chinesa CNODC. Serão operadoras das áreas arrematadas, além da Petrobras, a anglo-holandesa Shell e a norueguesa Statoil.

Desde 2010, no governo do ex-presidente Lula, a Petrobras era a operadora única do pré-sal, com participação de pelo menos 30%, além de ser a responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. Acredita-se

que a regra afugentou as gigantes internacionais do mercado brasileiro e teria sido o motivo para que o leilão do Campo de Libra, a maior reserva de petróleo conhecida do Brasil, responsável por dobrar as reservas nacionais de petróleo e de gás, ter atraído apenas um interessado, em 2013, um consórcio formado pela Petrobras e mais quatro empresas.

Lei aprovada em 2016, no governo de Michel Temer, acabou com a exigência, que virtualmente paralisou os investimentos do setor depois que a Petrobras passou a enfrentar crescentes dificuldades financeiras. Pela nova lei, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética oferecer a participação de 30% em cada campo à Petrobras, que pode aceitá-la ou não. No início de ano, foram mudadas também as regras de conteúdo local, com redução média de 50% nos percentuais de equipamentos e serviços produzidos no país exigidos nas licitações.

Restou a discussão a respeito do regime de partilha, adotado em 2010 para o pré-sal, para que o governo aumentasse seu controle sobre a exploração dessas reservas. Quanto maior a parcela da produção concedida ao governo, maior a chance de ganhar a área de exploração oferecida. O leilão da semana passada mostrou que as empresas estrangeiras não pareceram intimidadas por essa regra como se suponha.

Mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende acabar com a partilha para o pré-sal e adotar o sistema de concessão, empregado nos leilões de áreas tradicionais. Maia também quer autorizar a Petrobras a vender até 70% da cessão onerosa na Bacia de Santos para se capitalizar. O objetivo do deputado é reanimar os investimentos no setor, beneficiando especialmente o Rio de Janeiro, sua base eleitoral. O governo desconversa e defende mais discussão.

Um dos pontos importantes a levar em conta nesse debate é a importância crescente das reservas do pré-sal na produção nacional - em setembro, contribuíram com metade (49,8%) - e a necessidade de se contar com regras adequadas para atrair expertise e força financeira das empresas internacionais para explorá-lo. Segundo estudo da Accenture Strategy, em parceria com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), em 2016 as petroleiras privadas responderam por apenas 6% dos investimentos do setor no Brasil e 7% do petróleo produzido, percentual que sobe a 22% levando-se em conta a produção dos campos do pré-sal em que são sócias minoritárias da Petrobras. Mas a previsão é que as empresas privadas estrangeiras ampliem a participação nos investimentos do setor para 38% em 2025, desde que as regras sejam satisfatórias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Exxon investirá US\$ 2,38 bi em sua expansão no Brasil**

A petroleira americana ExxonMobil vai pagar US\$ 2,38 bilhões (cerca de R\$ 7,7 bilhões) para reforçar sua presença no Brasil. Com participação tímida no país - uma carteira de apenas duas concessões no Nordeste - a empresa foi às compras e, em pouco mais de um mês, adquiriu 14 áreas em águas profundas no litoral brasileiro. Mira principalmente o potencial de descobertas no pré-sal.

Só para entrar no projeto de Carcará (bloco BM-S-8), no pré-sal da Bacia de Santos, a Exxon vai desembolsar cerca de US\$ 1,8 bilhão (R\$ 5,9 bilhões). O valor inclui um pagamento de US\$ 1,4 bilhão à norueguesa Statoil, operadora do projeto, por 40% da concessão, mais US\$ 366 milhões em bônus de assinatura por Carcará Norte, área unitizável (adjacente à descoberta) leiloadas semana passada.

A companhia estima que Carcará tenha recursos recuperáveis de 2 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade. Segundo o vice-presidente de relações com investidores da multinacional, Jeffrey Woodbury, a empresa está "entusiasmada" com as aquisições. "Realmente nos permitiu entrar em uma bacia [a de Santos] muito prolífica que estamos observando por algum tempo", disse o executivo, em conferência com investidores.

Desde que devolveu à União o bloco BM-S-22, no pré-sal da Bacia de Santos, após uma campanha exploratória malsucedida, no início da década, a Exxon vinha com uma atuação tímida no país. Em meio às mudanças regulatórias recentes adotada pelo governo e ao anúncio do calendário plurianual de rodadas, a Exxon decidiu então fortalecer sua presença no mercado brasileiro. "No Brasil, onde há uma geologia muito forte, o governo evoluiu as bases fiscais e adotou termos fiscais competitivos", disse Woodbury.

A empresa desembolsará outros R\$ 1,9 bilhão, em bônus de assinatura, pelos dez blocos exploratórios arrematados em setembro, na 14ª Rodada da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A Exxon foi a principal protagonista do leilão, ao adquirir, junto com a Petrobras, numa parceria 50%/50%, seis concessões em águas ultraprofundas na Bacia de Campos. Os ativos margeiam o polígono do pré-sal, mas os dados sísmicos da região indicam potencial para descobertas abaixo da camada de sal.

"Identificamos perspectivas de vários bilhões de barris de alta qualidade existentes sobre esses blocos, com base em nossos próprios dados sísmicos, e

estamos ansiosos para trabalhar com o governo e nossos parceiros para progredir nos planos de exploração", afirmou o executivo.

Como operadora, a Exxon arrematou, sozinha, dois blocos na Bacia de Campos. E, em parceria com a Murphy Oil (20%) e a Queiroz Galvão Exploração e Produção (30%), mais duas concessões na Bacia de Sergipe-Alagoas. Como parte da associação com QGEP, a multinacional fechou acordo para entrar nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428, adquiridos pela QGEP em 2015, na 13ª Rodada. A petroleira americana assumiu uma fatia de 50% nos projetos e a operação das duas concessões.

A estimativa da empresa é começar suas atividades de exploração no Brasil já no ano que vem, com o levantamento de sísmicas, e perfurar os primeiros poços em 2019. A companhia, no entanto, não detalhou qual será o foco dos investimentos.

Segundo Woodbury, os novos blocos adquiridos pela empresa "oferecem um potencial promissor para a companhia de exploração em águas profundas".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Falha operacional provoca parada na Replan

Uma falha operacional na Refinaria de Paulínia (Replan), de Paulínia (SP), provocou a parada das unidades de processo dessa unidade de processamento de petróleo, a maior refinaria do país, na última quarta-feira. Ainda não há informações sobre a retomada da operação da Replan, mas a Petrobras informou, em comunicado, que a falha já havia sido controlada.

Segundo a estatal, a falha provocou a variação da chama da tocha, um dos sistemas de proteção e segurança da refinaria. E que não houve danos às pessoas nem às instalações. A empresa trabalhava para normalizar a situação.

Segundo o Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo (Sindipetro SP), ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP), a falha foi ocasionada por um problema de oscilação no fornecimento de energia elétrica para a unidade de craqueamento catalítico. Segundo Gustavo Marsaioli, diretor do Sindipetro SP, este é o terceiro problema nessa área nos últimos dias. "Estamos com dificuldades nos controles de emergência", disse.

Segundo a FUP, a parada de emergência foi a terceira registrada em menos de 30 dias. A Replan está apta a processar 415 mil barris diários de petróleo e responde por 20% do parque de refino nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

EDP antecipa projeto

A EDP Energias do Brasil já prevê antecipar as obras dos lotes de transmissão de energia arrematados nos leilões realizados no fim de 2016 e começo deste ano, disse Miguel Setas, presidente da companhia. "Contratamos o lote 24 do leilão de 2016 e já temos resultados positivos na antecipação do licenciamento ambiental", disse. A companhia contava com uma antecipação de 10 meses do projeto. "Hoje, aparentemente essa antecipação pode ser ainda maior", disse, completando que é um "sinal positivo". Os outros quatro lotes de transmissão que a EDP contratou no leilão de abril deste ano também poderão ser antecipados, informou o executivo. "O licenciamento já se iniciou, poderemos antecipar o cronograma previsto anteriormente."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcus Vinícius Gasques | Da Autoesporte

Título: Etanol na gasolina dificulta importação de híbridos da Honda

A presença de etanol na gasolina vendida no Brasil é um empecilho para a adoção de novas tecnologias de motores, como o híbrido. Esse foi o argumento de Issao Mizoguchi, presidente da Honda para a América do Sul, pouco antes da abertura do Salão de Tóquio ao público, ao ser questionado sobre aproveitar incentivos fiscais para levar o CR-V híbrido ao mercado brasileiro. "Mal adequamos o modelo atual. Dá um trabalhão ajustar ao combustível vendido no Brasil", disse.

A quinta geração do CR-V a ser oferecida no Brasil será importada dos EUA. A produção do modelo no México foi interrompida e o país agora só produz o Fit. A mudança de origem implica em aumento de preço, por conta da perda dos benefícios garantidos pelo acordo de comércio bilateral entre Brasil e México.

O SUV mais vendido no mundo chega ao país com motor flex 1.5 turbo de 190 cv e 24,7 kgfm de torque, equipado com transmissão continuamente variável

CVT. Mas Mizoguchi acena com a chance de o consumidor brasileiro ter acesso à versão híbrida: "O Brasil tem uma particularidade no combustível por conta do etanol, o que exige um ajuste específico. Mas não descartamos a possibilidade", afirmou.

O acréscimo obrigatório de etanol anidro à gasolina comum passou a ser de 27% em março de 2015; na gasolina premium, manteve-se em 25%. Isso implicaria ajustes também para modelos como o Type-R, segundo fontes da Honda. O motor de alta performance do hatch esportivo rende 320 cv a 6.500 rpm e 40,8 kgfm entre 2.500 e 4.500 rpm. Produzido apenas na Inglaterra, o Civic Hatch padece do mesmo problema, além do preço pouco competitivo com que chegaria ao mercado brasileiro.

O scooter PCX, modelo campeão de vendas no Brasil, foi apresentado nas versões híbrida e elétrica no Salão de Tóquio. As vendas no mercado japonês e asiático estão programadas para 2018. Custo é o mesmo argumento para fazer da novidade apenas mais um "estudo" para o mercado sul-americano, segundo Takahiro Hachigo, presidente mundial da Honda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Daniela Chiaretti | De Mariana (MG)

Título: Em Mariana, muitas vidas ainda no limbo

É dia de Nossa Senhora Aparecida e Dia das Crianças e tem festa na Lavoura, como os mineiros de Mariana chamam este antigo eucaliptal. São 150 pessoas sob uma tenda branca enfeitada com flores rosas e azuis de papel crepom. As crianças comem pipoca e correm, os adultos conversam e dão garfadas no feijão tropeiro. A festa, laica e religiosa ao mesmo tempo, tem risos, mas muita melancolia. "Bento era o nosso lugar, e era único", explica Welidas Monteiro da Silva, o artista que pintou os painéis com personagens de desenho animado espalhados pela área. O rapaz e todos na festa são ex-moradores de Bento Rodrigues, a comunidade arrasada pela onda gigantesca de lama e rejeitos que se formou com o rompimento da barragem da mineradora Samarco, em 5 de novembro de 2015. A vida deles parou ali.

A recuperação dos danos provocados pelo maior derrame de rejeitos da mineração do mundo avançou algo em dois anos, é verdade. Há pontos positivos nos 42 programas que fazem parte do grande acordo assinado entre a União, Estados, municípios, a Samarco e suas controladoras, BHP e Vale. Mas Roberto Waack, diretor presidente da Fundação Renova (formada há um ano com recursos das mineradoras para recuperar e compensar os danos do desastre), reconheceu em recente entrevista ao **Valor** que ainda há muito a

fazer. Sinais positivos vêm das grandes obras de engenharia para conter os rejeitos, mas há uma grande dívida social. São dois os grandes pontos críticos - a reconstrução das vilas destruídas ou parte delas e a indenização de quem perdeu bens e capacidade de gerar renda. A vida de muitas dessas pessoas ainda está no limbo.

Na região de Bento Rodrigues a lama matou 19 pessoas, destruiu casas, escola, boteco, igreja e o cotidiano de suas 250 famílias. Para os habitantes da pequena vila, o desastre levou o passado, deixou o presente nebuloso e desconfortável e ainda não deu concretude ao futuro. "Hoje é o dia em que todos colocam suas fotos de criança no Facebook. Eu não tenho mais nenhuma. A lama levou a nossa história", segue o artista Welidas.

Reconstruir Bento Rodrigues é simbólico no processo de recuperação da tragédia iniciada por uma onda de toneladas de rejeitos que levou 16 dias para chegar ao mar. A cidade que se perdeu na lama não será refeita em seu lugar de origem, embora ainda não exista decisão sobre o destino da área, que pode virar um memorial. Às 729 pessoas que viviam ali, foi dada a escolha entre três opções de terreno para a reconstrução da nova cidadezinha. A decisão foi por este eucaliptal, a meio caminho entre Mariana e "Bento", como eles carinhosamente chamam seu antigo lugar. "Não tem isso de Novo Bento", corrige Julio Cesar Salgado, 18 anos, a quem nomeia assim a comunidade futura. "Mas aqui vai ser bom", imagina, olhando as árvores ao redor da festa na Lavoura.

Com o "ok" da comunidade, a Renova comprou os 375 hectares da Lavoura da siderúrgica ArcelorMittal. A intenção é construir a cidade em cerca de 100 hectares, contando saneamento e vias públicas. Bento Rodrigues tinha 60 hectares. A ideia é construir as casas com um projeto-base, mas dando individualidade a cada uma e respeitando a antiga localização e as relações de vizinhança, explica Marcus Vinicius Nascimento, líder do programa de reassentamento da Renova. "Precisamos criar um processo de pertencimento, não é um empreendimento imobiliário", explica. A promessa é começar a construir em 2018 e entregar em 2019.

"O povo está chateado porque está demorando muito. Queremos morar em casa que é da gente", diz a cabeleireira a domicílio Paula Alves. O tsunami de lama destruiu casas em outras duas comunidades além de Bento Rodrigues - em Paracatu de Baixo foram 159 famílias (491 pessoas) e em Gesteira, outras 20 famílias (55 pessoas), sem contar os estragos que fez ao longo dos 600 quilômetros do rio Doce até alcançar a foz. Nos primeiros 100 quilômetros de distância da barragem de Fundão, foram 1.275 pessoas que tiveram que ser abrigadas em pousadas e hotéis, no primeiro momento, e que vivem há dois anos em casas alugadas em Mariana e arredores.

Paula Alves, 38 anos, é a moça que trabalhava em um viveiro de mudas de empresa terceirizada da Samarco e escutou, no rádio de uma caminhonete da mineradora, que a barragem havia rompido. "Subi na minha moto e voei para Bento. Saí buzinando pelas ruas e gritando para todo mundo fugir, que a barragem tinha rompido", conta. Paula ganhou medalhas e fama como reconhecimento por salvar vidas, mas o que queria, mesmo, era criar o filho João Pedro na cidade onde nasceu.

Antes da gigantesca onda de lama e rejeitos que a deixou em escombros, Bento Rodrigues era um arraial simpático, com origens no século XVIII e nome de bandeirante. A linda igreja de São Bento, de 1718, era uma pequena joia no percurso da estrada Real. Tinha o Bar da Sandra, onde muitos almoçavam, uma Assembleia de Deus para os crentes. A metade dos moradores era aposentada, muitos trabalhavam na Samarco ou fornecedoras, outros na zona rural. Logo depois do desastre virou paisagem de Marte, conta quem viu.

Dois anos depois, as casas invadidas por toneladas de lama foram saqueadas e não têm mais portas e janelas. Uma vegetação pálida e intrometida avança pelos escombros - parte dela foi plantada pela empresa, para tentar segurar o rejeito que ficou por ali nas chuvas que se seguiram ao desastre, e parte é ação da natureza. Uma boneca abandonada no chão de uma casa dá conta da pressa de quem atendeu o apelo de Paula Alves. "Fui arrastada longe, engoli muita lama, entupiu tudo. Foi meu neto que me salvou, me ouviu gritando. A lama levou minhas roupas, eu estava nua", recorda a sobrevivente Marcelina Xavier Filipe, 77 anos.

Alguém colocou uma bandeira do Brasil (já empoeirada e alaranjada) no bar que tem à porta os restos de um pebolim. A marca da lama tem mais de quatro metros de altura e ainda é difícil andar pelo meio das vielas, afunda-se na terra. Dezenove cruzeiros prestam homenagem a quem morreu e uma bouganville de flores púrpura dá alguma vida à cidade-fantasma de Bento Rodrigues.

Não tão fantasma assim em alguns finais de semana. Uma casa de esquina tem roupas no varal e cortinas nas portas e janelas. As irmãs Simária, Maria e Terezinha Quintão costumam voltar sempre que podem à vila em que nasceram e foram criadas. "Não acostumamos na cidade. A gente teria pirado se não voltasse para cá de vez em quando", diz Maria. "Queremos voltar a viver aqui", continua Simária. Filhas de um garimpeiro que teve oito filhos, as irmãs são fundadoras do movimento "Loucos por Bento Rodrigues".

Tereza Quintão, 51 anos, dois filhos, caminha pelo que sobrou das edificações e vai localizando a devastação no cenário: ali era o bar da irmã Sandra, aqui a casa da cunhada, a escola onde estavam as crianças, o posto de saúde, a casa do rapaz mudo que morreu pouco depois ao desastre. Foram os seus pais que

plantaram o pé de manga, fulano estava no ônibus, havia um senhor operado que ela correu pra salvar. "Não gosto de cidade. Sou da zona rural", repete, saudosa.

A lama não respingou em Mariana, mas a cidade sofreu um baque econômico enorme. Com cerca de 65 mil habitantes, Mariana tem índice de desemprego próximo a 25%, calcula o prefeito Duarte Júnior (PPS). "São cerca de 14 mil pessoas, sendo 8 mil sem trabalho por conta da tragédia", diz ele.

A dificuldade econômica vivida pela cidade de Mariana, que era e continua sendo muito dependente da Samarco, fica evidente nos relatórios fiscais entregues pelo município ao Tesouro Nacional. De janeiro a agosto de 2016, a receita total do município foi de R\$ 198,1 milhões, valor que caiu para R\$ 172,3 milhões entre janeiro e agosto deste ano. Em 2015, o repasse de ICMS havia sido de R\$ 105,8 milhões e caiu para R\$ 99,5 milhões em 2016. Continua a sangria na arrecadação de Mariana - em 2016, até agosto, o repasse de ICMS chegou a R\$ 64,6 milhões. No mesmo período, este ano, o repasse com o imposto foi de R\$ 49,4 milhões.

Duarte Júnior diz que tem tentado diversificar a economia do município. Em setembro Mariana abrigou uma das principais competições do ciclismo nacional, o Iron Biker Brasil, o que atraiu 15 mil turistas. "O turismo na época do rompimento de Fundão caiu muito, mas as pessoas começam a voltar à cidade", diz o prefeito, que segue alarmado com a queda nas receitas públicas. Ele diz que reduziu o número de funcionários da Prefeitura, cortou o estudo em regime integral de 1.500 alunos e mexeu nas finanças como pode. "Cheguei ao meu limite", registra.

A Renova anunciou em outubro que as mineradoras Vale e a BHP vão conceder recursos para que micro e pequenas empresas possam dinamizar a economia das cidades afetadas pelo desastre. Os empréstimos vão variar de R\$ 10 mil a R\$ 100 mil com condições mais favoráveis que as do mercado e as linhas serão operadas por bancos públicos de desenvolvimento de Minas Gerais e do Espírito Santo. A expectativa da Fundação é que 20 mil contratos sejam firmados na primeira fase do programa.

Em termos macro, há a ideia de se trazer uma empresa-âncora para Mariana, de um segmento de mercado que não seja mineração e que alimente a economia municipal. O prefeito Duarte Júnior espera que a Samarco volte a operar, mas reconhece que "temos que deixar muita coisa para as futuras gerações e um dia o minério de ferro irá acabar".

Em outra comunidade próxima a Mariana, Paracatu de Baixo, a reconstrução das casas de 159 famílias também não começou. O cronograma emperrou na

compra de um dos nove terrenos que estão sendo negociados. No caminho até a cidade de Barra Longa, a 60 quilômetros de Mariana, é possível ver alguma vegetação nas margens dos rios. "Muitos perguntam porque não plantamos nenhuma árvore ainda. Estamos buscando a recuperação do solo. Tem pouca matéria orgânica e risco grande de erosão", explica o agrônomo Leonardo Silva, especialista em programas socioambientais da Renova. O esforço, além de redesenhar os rios soterrados pela lama, é fazer canais de drenagem para que a água da chuva volte ao rio Doce.

"A força da onda de lama afetou a morfologia do rio, a dinâmica fluvial, se espalhou pelas margens", diz Juliana Bedoya, líder do manejo de rejeitos da Renova, um dos pontos delicados do processo de recuperação. O plano para lidar com as toneladas de rejeitos do desastre prevê soluções diversas.

Em Barra Longa, as 100 casas impactadas foram reformadas e os 36 comércios dão sinal de volta à normalidade. A praça principal, de uso coletivo e a única área de lazer da cidade, ficou submersa pela lama e já foi reformada. "A população foi prejudicada coletivamente, em seu lazer", diz Gustavo Paraíso, coordenador de obras de infraestrutura da Renova em Mariana. Em Gesteira, o esforço de procurar valorizar a gastronomia local se traduziu na descoberta de uma artesã que confecciona o molde de madeira dos canudinhos de doce de leite e no conhecimento culinário das mulheres que cozinham pipoca de polvilho, angu tolo, feijão preto de casamento e outras tradições locais. "O foco tem sido no resgate imaterial", explica a especialista Mara Fantini.

Nos primeiros 100 quilômetros de distância da barragem de Fundão há 270 pequenos proprietários rurais, como o casal Rafael e Adelina Arcanjo. Eles vivem da produção de leite e tinham 30 vacas antes do desastre. O pasto próximo ao rio foi coberto pela lama. A propriedade agora está dividida por cercas para que o rodízio dos animais aumente a produtividade, explica Thomas Ferreira, líder da operação agroflorestal da Renova.

"Passados dois anos, o que se esperava é que as comunidades mais afetadas já tivessem seu problema resolvido. E esta não é a realidade", critica José Adercio Leite Sampaio, procurador da República e coordenador da força-tarefa Rio Doce do Ministério Público Federal. "A questão social é angustiante. Continuamos com situação precária em Bento. Em Barra Longa, pintam as árvores para apagar a marca da lama, mas ela está lá no parque de exposições." A instituição não reconhece o acordo e nem a Renova. "O MP se dispõe a negociar porque entende que a ação judicial pode demorar e as vítimas querem reparação o mais rápido possível", diz. Uma desconfiança é com o nível de ingerência que as mineradoras têm no processo.

A jornalista viajou a Mariana a convite da Fundação Renova

MME / ASCOM .